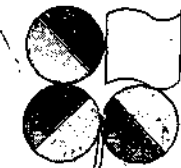


31 MAI 1985

Para economistas, Constituinte não muda capitalismo brasileiro

Da Reportagem Local



Os economistas não parecem discutir a Assembléia Nacional Constituinte com o mesmo entusiasmo que envolve os políticos. Pelo menos os que participaram da segunda sessão do seminário "A Questão Econômica na Constituição", realizada na noite de quarta-feira na PUC: Walter Barelli, 46, diretor do Dieese; Luiz Carlos Bresser Pereira, 50, secretário de Governo de SP e professor de Economia da FGV; Sílvia Schor, 38, professora de Economia da USP; e Ademar Sato, 43, professor de pós-graduação em Economia da PUC.

O tema foi "Direitos Econômicos" e, para Ademar Sato, uma nova Constituição não mudará o regime de mercado e nem o sistema capitalista brasileiro, podendo, no máximo, contribuir para torná-lo mais civilizado. "O máximo que se poderia fazer em termos de direitos econômicos seria pelo menos atenuar alguns excessos mais grosseiros desse regime de mercado, assegurando, entre outras coisas, melhores condições de barganha aos trabalhadores".

Lembrando que a Constituinte é vista por muitos como "uma espécie de redenção para o Brasil", Bresser Pereira afirmou que a grande mudança que deveria ocorrer no plano político brasileiro já aconteceu com o fim do regime militar e o início de um regime democrático. "Uma nova Constituição poderá contribuir para uma estrutura mais forte, mas não provocará modificações substanciais pois o capitalismo aqui é muito sólido, além de existir uma hegemonia burguesa também bem definida".

Walter Barelli acredita que a Constituição expressará o jogo de forças do momento e por isso defende um amplo debate entre todos os segmentos da sociedade, para fazer com que a campanha para a Constituinte abranja todos os anseios. "Temos que começar a nos vacinar em relação à Constituinte, mas, para quem vem de uma Constituição de junta, uma assembléia autoritária é sempre um avanço".

Há, segundo Barelli, necessidade de "limpar esse lixo autoritário e pensar no que deve ser colocado no seu lugar. Creio que uma das propostas é caminhar para a Social Democracia, para uma sociedade capitalista moderna, que permita mais direitos, entre eles o direito econômico".

Sílvia Schor espera que a Constituinte possa gerar um reordenamento jurídico que reflita claramente o consenso entre as partes envolvidas, para que saia um acordo que caracterize a intenção coletiva. Esse acordo, acrescentou, somente poderá vingar se houver uma representação legítima daquelas partes desiguais. "Uma Constituinte deverá ser convocada de forma satisfatória e uma das preocupações será cobrir o vazio entre Estado e cidadão, vazio este

que resultou da ausência da prática democrática por mais de 20 anos".

O seminário, promovido pelo Conselho Regional de Economia, Departamento de Economia da PUC e Centro Acadêmico Leão 13, termina hoje, às 20h. O tema será "Controles Democráticos da Política Econômica", com João Manoel Cardoso de Mello, diretor do Instituto de Economia da Unicamp, Paul Singer, pesquisador do Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, José Carlos de Souza Braga, presidente do Conselho Regional de Economia e professor do IE da Unicamp e Adroaldo Moura e Silva, presidente da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e professor de Economia da USP.